

“MUITO TRABALHO, POUCO EMPREGO” – JUSTIFICATIVAS PARA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO MIGRANTE EM PORTUGAL

‘A LOT OF WORK, LITTLE EMPLOYMENT’ – JUSTIFICATIONS FOR THE PRECARIZATION OF MIGRANT LABOR IN PORTUGAL

Raphael Santos Lapa ¹

¹ Universidade de Brasília (UnB)
raphaelsantoslapa@gmail.com

Resumo. A compreensão do avanço do movimento de precariedade no mercado de trabalho pode ser realizada pela via (i) da análise econômica, como uma espécie de imposição própria da lógica de funcionamento do sistema de acumulação e das cadeias globais de produção, notadamente pelos avanços neoliberais; assim como (ii) pelo avanço “desde baixo”, ou seja, pela promoção de diversas vias de justificativas a partir de capturas de subjetividade. Uma distinção meramente analítica, ressalte-se, dado o movimento de retroalimentação dos dois polos. Essa segunda via, mais subjetiva, pode ser ponderada a partir de elementos de constituição da subjetividade, notadamente a partir das aproximações da psicodinâmica, psicanálise ou mesmo da moralidade. O objetivo do ensaio aqui proposto é o de observar como o estreitamento da noção de racionalidade, dentro de um conceito de avanço neoliberal, retira os afetos e sentimentos do âmbito público de discussão, diminuindo os espaços de disputa e justificando uma manutenção da situação social do indivíduo trabalhador. Trata-se de aproximação teórica que se ancora em resultados da World Values Survey, assim como em inquéritos e entrevistas iniciais com trabalhadores migrantes em Portugal. Percebe-se que o trabalho migrante, especialmente o exercido por brasileiros em Portugal, tem por pano de fundo essa movimentação de valores que justificam a precariedade, seja por intermédio dos ideais de “luta”, do “ser guerreiro”, do empreendedor, dentre outras construções semelhantes, incluída a distinção muito presente entre trabalho e emprego, assim como um afastamento da institucionalidade enquanto elemento que atrapalha a condução da vida privada.

Palavras-chave: precariedade, neoliberalismo, valor moral, subjetividade, mercado de trabalho

Abstract. The advance of precariousness in the labor market can be understood through (i) economic analysis, as a type of imposition inherent to the operating

logic of the accumulation system and global production chains, notably through neoliberal advances; and (ii) an advance ‘from below,’ that is, the promotion of different kinds of justifications based on captures of subjectivity. This distinction is merely analytical, given the feedback between the two poles. The second, more subjective route can be considered through elements constituting subjectivity, especially approaches from psychodynamics, psychoanalysis, or even morality. The objective of the proposed essay is to observe how the narrowing of the notion of rationality, within a conception of neoliberal advance, removes affects and feelings from the public sphere of discussion, diminishing spaces for dispute and justifying the maintenance of the social situation of the individual worker. This theoretical approach is anchored in World Values Survey results, as well as in surveys and initial interviews with migrant workers in Portugal. Migrant labor, especially that performed by Brazilians in Portugal, has as its backdrop this shift in values that justify precariousness, whether through ideals of ‘struggle,’ ‘being a warrior,’ the entrepreneur, and similar constructions, including the widespread distinction between work and employment and a distancing from institutions as an element that hinders the conduct of private life.

Keywords: Precariousness. Neoliberalism. Moral value. Subjectivity. Labor market.

Introdução

O fenômeno prescrito como precarização do trabalho pode ser observado por uma aproximação das condições macroeconômicas, como por exemplo, por intermédio de uma análise que considere os efeitos das cadeias globais de produção¹ nos salários e jornada de trabalho (SUWANDI; JONNA; FOSTER, 2019). Ou ainda pelo viés situacional que consiste na difícil tarefa de definir a inserção em um sistema de seguridade social mínimo ou, em termos gerais, a própria informalidade (BENANAV, 2019). Tais análises observam a inclusão do indivíduo no mundo do trabalho a partir de uma delimitação histórica, geográfica e social e podem assumir um elemento fundante econômico a partir do polissêmico termo neoliberalismo.

Uma segunda forma de se aproximar deste fenômeno reside nas tentativas de entender como que um conjunto de conceitos, afetos, valores morais e capturas diversas de subjetividades pode ser mobilizado para justificar a condição de precariedade. Verônica Gago, classifica as potenciais análises a partir da divisão entre um neoliberalismo de “cima para baixo” e outro de “baixo para cima”, sendo este último: “*a proliferação de modos de vida que reorganizam as noções de liberdade, cálculo e obediência, projetando uma nova racionalidade e afetividade coletiva*” (GAGO, 2018, p. 17). É a partir dessa segunda aproximação que o presente trabalho se debruça.

¹ Uma interessante abordagem a partir da análise marxista pode ser encontrada no Painel *World Labour Values* a partir da análise de indicadores como taxa de exploração, dentre outros, construído a partir de bases de dados a nível mundial. Para mais: <https://panel.worldlabourvalues.org/>

Discussão (Material, Métodos e Resultados)

Conceitos como *liberdade* e *dignidade* figuram como elementos basilares para a mobilização dos instintos e sensações na exposição de uma vitrine dos valores centrais da civilização ocidental (HARVEY, 2014, p. 15). Àqueles ideais soma-se o *cálculo* em uma espécie de fundição entre teoria da agência humana e economia, como a explicação da essência humana a partir de um ideal econômico, como destacam Dardot e Laval: “A contribuição do subjetivismo para a qual apelam Von Mises e Kirzner é ter ‘transformado a teoria dos preços de mercado em uma teoria geral da escolha humana’” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 148).

As justificativas, por exemplo, dadas para as políticas de austeridade a partir de analogias com o corte de gastos domésticos é um desses elementos que surgem constantemente no horizonte de países sob um capitalismo dependente, em uma espécie de política de “macroeconomia medieval”, no qual é necessário “sangrar” para que se tenha saúde (KRUGMAN, 2011). Ou seja, uma redução da análise societal ao atômico, o indivíduo. Esses aspectos a partir de uma racionalidade estrita, ou seja, vinculados exclusivamente a uma espécie de cognição argumentativa parecem estar bem estabelecidos no âmbito do discurso. Os afetos², entretanto, são os elementos em disputa dado que o ideal liberal tenta reduzir essa dimensão à vida particular.

É importante rememorar que o liberalismo surge, em sua fundamentação teórica, como uma defesa da liberdade como não-coerção. O palco de revoluções liberais do sec. XIX em que são disputados e combatidos os diversos absolutismos é o terreno para o nascimento da noção de que cada sujeito deve perseguir o seu próprio projeto de vida particular. O indivíduo deve ser autônomo em sua moralidade e, por conseguinte, realizar-se em um autogoverno. O Estado se restringe ao gerenciamento de conflitos. O âmbito público, disputado nas instituições estatais, deve se afastar de qualquer subjetividade demasiada, ancorando-se na racionalidade estrita, sendo os afetos vistos como um desvio afrontoso à noção de justiça.

É a partir desse panorama que surgem noções de justiça baseadas em ideais como o da *imparcialidade* (SMITH, 2015), no qual a decisão moral não se sustenta no interesse pessoal, a ponto de ser egoísta e tampouco na universalização da moral, ao nível da tirania ou da arrogância. A racionalidade pura e estrita é alegadamente coesa e coerente em oposição ao aspecto contingencial/imprevisível dos afetos. De tal forma, o Estado deve aceitar como legítimo somente o instrumento da racionalidade pura, sendo os afetos relegados à vida privada.

A consequência de se retirar os afetos do âmbito público e restringi-los a uma mera propriedade individual (CAMPELLO, 2022) é também retirar do espaço de discussão da justiça a noção de sofrimento, angústia, os medos e as possibilidades de esperança. O sofrimento, especialmente esse da dimensão trabalhista, deixa de ser objeto válido na discussão sobre justiça. Até pode ser elemento acessório, mas nunca assume a centralidade.

As doenças mentais ocupacionais, por exemplo, serão vistas como uma propriedade do indivíduo e devem ser tratadas no âmbito da individualidade, na vida privada. Isso se expande para todas as demais dimensões do trabalho, a sobrecarga da jornada ou a escassez da renda ficam vinculados a uma espécie de autogerenciamento do qual o

² Afetos aqui são entendidos no sentido de Spinoza para o qual consiste nas “*afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções (...) por afeto compreendo, então, uma ação; em caso contrário uma paixão*” (SPINOZA, 2009, pt. iii, def. 1.3)

trabalhador é responsável. Em resumo, trata-se da extinção de qualquer outro elemento estranho à racionalidade estrita do âmbito do debate público e dos critérios morais da disputa acerca de justiça.

Paradoxalmente, entretanto, deve-se perceber que ao retirar os afetos e valores morais do âmbito público é possível movimentá-los de maneira mais efetiva e hegemônica, exatamente por não haver disputa. Se o sofrimento laboral e o gerenciamento de tempo e da renda devem ser tratados no âmbito privado, a responsabilidade pelas mazelas e precariedade transformam-se em propriedades do indivíduo.

Isso se traduz em valores morais³, expressos no senso comum diário. Os inquéritos da *World Values Survey* (INGLEHART et al., 2022), questionam por exemplo, em uma escala de 0 a 10⁴, se uma característica democrática relevante é a taxação de ricos para subsidiar pobres. A média dessa escala é de 4,16 para o Brasil e 5,95 para Portugal. A título de comparação, a pergunta sobre eleições livres alcança média de 8,2 e 8,1, respectivamente. Ou seja, o ideal de Estado mínimo parece alcançar de forma ampla o valor moral cotidiano. À questão “*o Estado deve igualar a renda das pessoas*” as médias são de 5,34 e 6,77, respectivamente.

Ainda nesse sentido, deve-se observar a transformação do trabalhador em uma espécie de empresa, por intermédio da utilização de conceitos como o de empreendedorismo. De tal forma, não somente a autorresponsabilização em relação ao emprego subordinado fica evidente, mas os próprios processos de busca por demanda e gerenciamento do tempo de trabalho e de sua produção. O empreendedor é o simulacro de uma empresa e não de um empresário. Como pessoa não-física assume dimensões na busca ativa por demanda, assumindo todos os riscos associados.

É nesse sentido que o senso comum que se percebe em redes sociais e em entrevistas realizadas com trabalhadores migrantes em Portugal chega a conclusões como a de que “*há muito trabalho, mas pouco emprego*” e que “*basta querer trabalhar, pois trabalho existe*”. A legitimação de trabalhos fora de um sistema empregatício⁵ sustenta a precarização não exclusivamente pelas próprias condições materiais de baixa remuneração e longas jornadas, mas também pelo discurso de hiper-responsabilização do indivíduo que tudo deve aceitar, pois suas condições podem ser resolvidas pelo autogerenciamento.

Ou seja, a noção de liberdade enquanto elemento fundante transfere ao indivíduo a responsabilidade inclusive pela geração de condições de subsistência. Se o capitalista é, antes de tudo, um ser que, em si, consegue gerar empregos, consequentemente, o indivíduo empreendedor é, em si, o único responsável pela geração de sua própria demanda. E a isso é atribuído um valor positivo, frente ao Estado que “atrapalha”. Fixa-se o mote de um Estado Mínimo vs um Cidadão Máximo que tem à disposição muito trabalho, apesar de pouco emprego.

³ Valor diz respeito ao ato de valorar, escolher algo em detrimento de outro elemento, quando no processo de contradição ou de emergência. Quando se fala de valor moral diz-se de uma síntese de escolha a partir de uma escala constituída de dois polos: o bom e o ruim. O mesmo ocorre em outras áreas: os valores a partir da a partir da escala entre belo e feio; da epistemologia a partir da verdade e falsidade etc.

⁴ 0 = isso é contra a democracia e 10 = isso é uma característica essencial da democracia

⁵ Importante observar que o auto-emprego em Portugal assume distintas circunstâncias a depender da origem do trabalhador (TOMAZ, 2022) (CABRAL; DUARTE, 2011). Esta é uma questão patente que se observa também nas entrevistas com migrantes de outras nacionalidades: uma espécie de hierarquia com sobreposições de raça, gênero e língua e origem.

Conclusões

Esse pequeno ensaio teórico é uma aproximação inicial acerca da formação de outros elementos, para além de uma racionalidade estrita, na justificativa da condição de precarização dos próprios trabalhadores. Trata-se de investigação ainda em análise quanto à correlação empírica a partir de discursos de trabalhadores migrantes em Portugal

O que se percebe de forma preliminar é que a retirada dos aspectos afetivos (i.e medo, esperança, sofrimento etc) da discussão pública e o seu consequente aprisionamento na vida privada geram uma consequente autculpabilização no trabalhador. Esse processo traz uma aparência de normalidade à contínua expansão dos processos de precarização, dado que o trabalhador é um autogerente de todas as dimensões de sua vida laboral.

REFERÊNCIAS

1. BENANAV, A. The origins of informality: the ILO at the limit of the concept of unemployment. **Journal of Global History**, v. 14, n. 1, p. 107–125, mar. 2019.
2. CABRAL, S.; DUARTE, C. Os imigrantes no mercado de trabalho português. 2011.
3. CAMPELLO, F. **A crítica dos afetos**. São Paulo: Autêntica, 2022.
4. DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
5. GAGO, V. **A Razão Neoliberal - economias barrocas e pragmática popular**. São Paulo: Elefante, 2018.
6. HARVEY, D. **Neoliberalismo, História e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
7. INGLEHART, R. et al. **World Values Survey: Round Seven - Country-Pooled Datafile**. Madrid: JD Systems Institute, 2022.
8. KRUGMAN, P. The Bleeding Cure. **The New York Times**, 2011.
9. SMITH, A. Teoria dos sentimentos morais. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
10. SPINOZA, B. Ética. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2009.
11. SUWANDI, I.; JONNA, R. J.; FOSTER, J. B. Global Commodity Chains and the New Imperialism. *Monthly Review*, p. 1-24, 5 mar. 2019.
12. TOMAZ, S. F. O Autoemprego Imigrante em Portugal. Dissertação de Mestrado—Lisboa: ISCTE, 2022.